

Problemas no uso da psicanálise em pesquisa acadêmica: Relato de investigação acerca do falar do adulto sobre a criança

GUSTAVO ADOLFO RAMOS MELLO NETO*

Este artigo relata pesquisa, psicanaliticamente orientada, a respeito do discurso adulto em torno da criança e, ao mesmo tempo, discute os problemas epistemológicos encontrados nessa espécie de uso da psicanálise.

O primeiro problema é acerca de como fazer desse tipo de fenômeno – a princípio representações culturais – objeto de investigação psicanalítica. A solução encontrada foi de nele buscar indícios de manifestações do inconsciente, suas ambivalências, seus simbolismos, sem, contudo, identificar tais indícios com manifestações realmente inconscientes que se dão no indivíduo. O segundo problema é sobre como enquadrar psicanaliticamente representações que são notadamente conscientes e socialmente dadas. A solução encontrada propõe um hipotético ponto limite entre realidade inconsciente e realidade social percebida no consciente. O terceiro problema é relativo à psicanálise fora da situação terapêutica e do uso de entrevistas. A solução encontrada é a de mostrar indícios empíricos de verificabilidade e propor a própria cultura (um suposto público) como agente de verificação.

Finalmente, à guisa de ilustração, são expostos resultados interpretativos da pesquisa (onde 20 sujeitos foram entrevistados). A criança aí aparece representada como tensionada entre os modelos culturais e a singularidade da experiência do sujeito que representa, configurando-se, de fato, em um ponto limite entre desejo inconsciente – lugar da idealização – e experiência vivida no consciente.

* O autor é professor e pesquisador do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá-PR, Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP e Doutor em Psicologia pela USP.

A utilização de leitura psicanalítica fora do chamado *setting* analítico ou, *grosso-modo*, exterior ao tratamento, suscita problemas bastante conhecidos.

Um deles é o reducionismo, a prensagem forçada de fatos sociais, políticos e artísticos pela linguagem dos divãs e dos consultórios. É comum dizer-se que há sempre um psicanalista de plantão nas “soirées” culturais.

Outro problema, aparentemente mais sério, diz respeito a pontos epistemológicos como verificabilidade e alcance de uma tal leitura fora – e até mesmo dentro – da situação terapêutica. Questionar a confiabilidade epistêmica sobre fora e dentro desse *setting*, significa desconfiar de toda a cientificidade do discurso psicanalítico, o que tem sido feito por autores importantes como Wittgenstein e Popper, mas não é aqui o objetivo. Deixo entre parênteses essa problemática geral e proponho – nesse mesmo clima de desconfiança – levantar questões a respeito da leitura psicanalítica exterior à situação clínica, especificamente aquela empreendida na investigação acadêmica.

Entretanto, não se trata de discutir todas ou muitas pesquisas desse gênero; proponho, sim, relatar uma investigação, feita por mim e apresentada como tese de doutorado em 1993, acerca do falar do adulto sobre a criança, e apontar problemas de sua abordagem que reivindico ser psicanalítica.

1. Problemas iniciais

O objetivo desse trabalho, resumidamente, foi estabelecido como o de expor psicanaliticamente – o que pode ou não significar interpretação – as imagens que adultos de ambos os sexos iriam construindo no seu falar sobre a criança, colhido tal falar através de entrevistas gravadas.

Esse objetivo surgiu de outra pesquisa que conduzi anteriormente.

Nessa última busquei interpretar, de um ponto de vista psicossociológico, as representações que críticos especializados em literatura infanto-juvenil teriam produzido em torno da criança e da literatura durante os anos 50 no Brasil, em seus escritos. Coletei a maioria desses escritos, seja em livros, seja em revistas, e os recortei sob dois aspectos: o de seu contexto cultural e o das imagens sobre a criança propriamente e sua função enquanto catalizadoras de atitude no público adulto.

Como resultado, foi possível encontrar um contexto dito explicitamente escolanovista, mas de um escolanovismo um tanto paradoxal ao encontrar-se com a figura da criança. Isto é, as suas idéias de olhar empiricamente as existências e de resistir em aceitar valores essencialistas e, *a priori*, viam-se sacrificadas por uma criança eterna, alma de poeta, mas cercada de cuidados tanto mais rígidos quanto selvagem seria a sua natureza.

Assim, do ponto de vista das imagens, foi possível ver surgindo uma criança construída de maneira um tanto ambivalente: idealizada pelo seu poder imaginativo, invejável pela sua liberdade e alegria, mas, ao mesmo tempo, vista negativamente pelo seu egocentrismo, pela sua suposta não racionalidade e pela sua rebeldia. Essa bipolaridade da imagem, mesmo quando era solucionada pelo “instruir-divertindo” que por vezes vinha na forma de regras de censura do livro infanto-juvenil, levou-me a suspeitar de uma certa clivagem nas representações cujo pretexto seria a criança.

Isso significa, pois, supor elementos inconscientes na raiz dessas imagens culturais. No entanto, esse mesmo material cultural – textos – não seria adequado à pesquisa de tal suposição, a não ser em um

sentido muito genérico, aquele que postula estar o inconsciente sendo produzido em qualquer discurso. Não seria adequado, por tratar-se de textos pragmáticos, de alto teor de formalização.

Propus-me então, para essa nova investigação, entrevistar indivíduos, supondo que neles iria encontrar um falar sobre a criança realmente fraturado e marcado por indicações de elementos inconscientes.

Já neste ponto vale a pena fazer alguma indagação metodológica. Existirá, mesmo, uma passagem direta das imagens culturais bipolares para uma suposta clivagem ou dissociação das representações suscitadas no discurso individual? Não serão ambas representações de naturezas e funções diferentes? Não terá a bipolaridade da imagem da criança nas representações culturais mais um sentido gnoseológico, de explicação da natureza humana que apenas chega a ser ou contradição ou mito educacional, enquanto a clivagem significa a criação de duas relações com o objeto, relações que não se tocam e são mantidas assim por um certo esforço psíquico?

De fato, postas assim, imagem cultural e representação individual aí também não se tocam, a não ser pela ambivalência – de valor na primeira (a bipolaridade) e de sentimento na segunda – que, se não é contínua entre ambos tipos de representações, ao menos permite que da bipolaridade possa-se *intuir* a fratura, a clivagem, o desejo no falar individual sobre a criança.

Creio que, nesses termos, é possível estabelecer mediações que não identifiquem, mas permitam alguma passagem entre o fato psicossocial e o psíquico propriamente.

Aqui cabe uma pequena digressão.

Laplanche (1992) rejeita a noção da psicanálise aplicada em favor do conceito de psicanálise “exportada”, uma vez que aplicação suporia a abstração e transferência para outro domínio de teoria e método desenvolvidos no contexto do tratamento. Isso desdenharia a função constituinte, no movimento psicanalítico e na teoria, que têm os estudos freudianos extratratamento, ou seja, a interioridade da psicanálise e da cultura.

Pois bem, com base no que disse acima sobre a pesquisa psicossocial e a psicanalítica, seria interessante pensar se o conceito de aplicação não seria incômodo também por ser falso, por não haver possibilidades de aplicação direta da psicanálise a fatos culturais.

Isso, ainda, traz o problema de qual é a direção a que se destina essa psicanálise extramuros: para desvelar o recorte de realidade que faz na cultura ou para somente contribuir com o seu próprio desenvolvimento teórico, como quer F. Regnault (1989)?...

Mas, falemos disso no final.

2. Problemas do enquadre teórico

Para tomar, então, o discurso adulto sobre a criança de um ponto de vista psicanalítico, foi necessário situar o problema dentro da psicanálise, isto é, no plano dos fenômenos e explicações que lhe são próprios: em última instância, aquilo que é possível relacionar ao inconsciente.

Fiz, dessa forma, uma suposição radical, de fato uma redução. Propus que o falar sobre a criança poderia ser visto como pura realidade psíquica, tomada esta última no sentido em que Freud lhe atribui em *A interpretação dos sonhos* (cap. 9, item f), como formações cujo núcleo central é o desejo

inconsciente (e, talvez, também as defesas do Eu).¹ Tratam-se de cenas inconscientes ou cenas a elas conexas.

Ora, tomar nesse sentido o discurso adulto sobre a criança significaria postulá-lo como estando plenamente no reino da fantasia, o que não é verdadeiro.

Autores como Ariès (1986), Badinter (1985), Snyders (1981), Costa (1983) apontam a historicidade das noções acerca da infância e suas determinações no advento das sociedades modernas. E, além disso, há a criança real percebida no cotidiano de cada um de nós. Portanto, trata-se aquele discurso de realidade material-social percebida. Tem-se, pois, um paradoxo.

Pensei, então, que a solução seria não fugir desse paradoxo, mas incluí-lo na hipótese geral do trabalho, que seria a de que a criança construída no falar do adulto é ao mesmo tempo realidade psíquica e realidade material-social percebida.

Entretanto, dessa afirmação surgem três novos problemas. Primeiro, de que realidade material estarei falando? Segundo, o que se caracteriza como realidade psíquica também não será algo social? E, terceiro, se a hipótese contém ambas as realidades, tratou, então, a pesquisa de olhá-las num esforço interdisciplinar entre a psicossociologia e a psicanálise, onde a primeira se detém na realidade material-social e a segunda na realidade psíquica?

Pois bem, a oposição entre realidade psíquica e material surge na psicanálise quando Freud se vê decepcionado com os relatos de seus pacientes sobre terem sido seduzidos sexualmente na infância. Diz não poder aceitar *a assombrosa circunstância de que todos os casos obrigavam a atribuir*

atos perversos ao pai (Carta a Fliess de 21/09/1897). Em sua Autobiografia, afirma, ainda: *deduzi, em seguida, da minha experiência (...) que os sintomas neuróticos não se achavam enlaçados diretamente a sucessos reais, mas a fantasias optativas, e que para a neurose era mais importante a realidade psíquica que a material* (p. 2777).

Nesse sentido, se a realidade psíquica aparece ligada ao inconsciente, na forma de “fantasias optativas”, a realidade material surge como fato, acontecimento testemunhado. Contudo, isso não é tão simples, pois o criador da psicanálise ainda afirmara em *A interpretação dos sonhos: O inconsciente é o psíquico verdadeiramente real; sua natureza interna nos é tão desconhecida como a realidade do mundo exterior que nos é dada pelo testemunho de nossos órgãos sensoriais* (p. 715).

Se, dessa forma, o mundo exterior é assim *kantianamente* tão inacessível quanto o inconsciente, o que temos por realidade material não é a coisa, mas a sua representação posta para a consciência e, assim, poderia também ser chamada psíquica.

Grosso modo, sim. Se se entende por psíquico aquilo que tem significação, a realidade material percebida é fenômeno dessa espécie; todavia, não é isso que se tem em mente na psicanálise. Quando Freud atribui realidade à fantasia inconsciente, o faz atribuindo-lhe dureza, resistência, articulação, tanto quanto teria o mundo externo, qualidades essas não tão atribuíveis às representações conscientes, posto serem exatamente isso: representantes de duas realidades. Sendo assim, podemos, sim, tomar a realidade material *representada* como fenômeno psíquico, mas não como realidade em si mesma.

1. Se no estabelecimento da 1ª tópica o desejo ocupa o núcleo do inconsciente, como se vê em *A interpretação dos sonhos*, após o surgimento da segunda tópica as defesas passam também a constituir-se centralmente, como se lê em *Análise terminável e análise interminável*.

Mas, realidade em algum plano... o plano do social, que é o lugar do teste de realidade, pois é aí que nossas representações conscientes tornam-se substanciais, verdadeiras ou falsas, testemunhadas pelo outro, cotejadas ao mesmo tempo com o objeto e com as representações de outras pessoas e com aquelas representações socialmente instituídas. São dessa espécie as idéias historicamente dadas acerca da criança de que falei acima.

Trata-se então, de dois níveis diferentes de realidade de aquela dita psíquica e esta nomeada como: material-social, de maneira que esta última não teria, de fato, o estatuto de realidade para o psíquico, mas o teria para o psicossocial.

Aqui, então, cabe a segunda pergunta feita: não seria também social a realidade psíquica?

Do ponto de vista da pulsão, isso não seria assim. Se a realidade psíquica, enquanto inconsciente, é lugar privilegiado da pulsão, é preciso lembrar desta última como representante psíquico do somático.² De outro lado, do ponto de vista da segunda tópica, já não se trata de uma pulsão solitária, mas de uma pulsão na presença do outro, através da constituição do superego, portanto social. Entretanto, esse "social" do superego, da lei, não é o mesmo do *fato* social. Trata-se do outro *no* inconsciente, um outro narcísico, um não outro.

Diz Freud:

O "superego", advogado do mundo interior, ou seja, do id, se opõe ao "ego", verdadeiro representante do mundo exterior ou da realidade. Os conflitos entre o "eu" e o ideal refletem, pois, em último termo, a antítese do real e do psíquico, do mundo exterior e o interior. (O ego e o id, pp. 2714-5).

2. Diz Freud, "se consideramos a vida anímica do ponto de vista biológico, a pulsão nos aparece como conceito limite entre o anímico e o somático, como um representante dos estímulos procedentes do interior do corpo..." (A pulsão e seus destinos, p. 2041).

Portanto, o "social" da realidade psíquica não é o mesmo do fato social representado no consciente. Esse, sim, seria o social da Sociologia e da Psicologia Social.

Nesse sentido, então, a pesquisa proposta iria por duplo caminho, um da interpretação psicanalítica e outro da investigação psicossocial das representações?

Isso é possível de ser feito, existem vários trabalhos abordando interdisciplinarmente as representações, como são aqueles freudo-marxistas ou aqueles ditos culturalistas ou, ainda a chamada análise institucional de Louraux e Lapassade.

Porém, não é isso que estou propondo. Proponho, sim, que essas duas realidades, psíquica e material-social percebida em algum lugar devem se tocar, mesmo que tangencialmente, e a esse lugar hipotético chamo ponto-limite.

Na verdade, um tal lugar não é algo exatamente novo. Vejo-o já dito por Freud, de alguma maneira, em "Os dois princípios do funcionamento mental", onde o autor expõe o princípio do prazer e o princípio de realidade como, sem se mesclarem, capazes de produzir formações compósitas, como a neurose, a educação, a arte. Tratar-se-ia, penso, também de um lugar existencial, onde o homem vê-se tensionado entre aquilo que é onipotentemente desejante e aquilo que exige teste de realidade, isto é, renúncia. E chamo de ponto-limite pela analogia que essas duas palavras têm com um certo sentido matemático: ponto, como lugar virtual, hipotético; e limite por ter este que ser sempre definido por tangente, por não tocar.

Dessa maneira, se proponho interpretar o discurso adulto sobre a criança nesse ponto-limite, não creio

ser necessária uma teoria psicossocial ou, mesmo, sociológica a articular-se com a psicanálise; essa última, por si só, fornece instrumentos. Isso porque realidade psíquica e realidade material-social representada estão aí sendo psicanaliticamente lidas.

Tal ponto-limite ainda traz uma vantagem metodológica: restringe a interpretação em sua profundidade. Não se trata, assim, de fazer surgir formações inconscientes – não creio que isso seja possível fora da situação terapêutica – e nem de pensar que se as está fazendo surgir, quando, de fato, não se está. Trata-se de buscar representações em um limite virtual entre tais formações e aquilo que é capaz de consciência.³

3. Problemas de método

Para tomar os discursos nesse ponto-limite, não utilizei de protocolos de sessões clínicas ou de entrevistas totalmente abertas, mas planejei um roteiro. Isso porque em uma abertura muito grande do falar, o objeto da representação buscada, a criança, poderia ser perdido em múltiplos temas. De outro lado, o fechamento, através de questões prévias, poderia comprometer o surgimento de associações que fossem minimamente livres.

Criei, então, um roteiro de perguntas imaginativas, com algum grau de projetividade, isto é, uma situação composta de uma certa desorientação, um tanto vaga, lacunar. Propus as seguintes questões: “o que é criança?”; “fale de uma criança em particular”; “como você imagina a sua infância?”; “como você imagina a infância de seus pais?”; “como você imagina a infância dos seus filhos ou possíveis filhos?”; “como você imagina a infância dos filhos

dos seus filhos?”. Foi pedido também que cada entrevistado imaginasse uma cena relacionada à entrevista. Um ano depois, tendo sido essa entrevista transcrita e lida pelo entrevistado, uma nova entrevista foi feita, baseada apenas nessa leitura.

Tais perguntas têm sentido temporal e, ao mesmo tempo, buscam regiões mais afetivas do eu, que dizem respeito a si próprio e às relações familiares. Entretanto, propor perguntas preparadas e, a partir delas, estabelecer interpretações sem que haja um paciente real para “perlaborá-las” seria, no mínimo, aviltar a regra básica da livre associação. Ora, se a prática psicanalítica se caracteriza por uma luta contra as defesas do eu e a verossimilhança de suas interpretações e reconstruções tem como parâmetro de confirmação, no plano do observável, o próprio fluxo de associações do sujeito⁴, como é que um roteiro pode aí se salvar? E, ainda, como uma ou duas entrevistas de duas horas podem trazer confirmação às hipóteses interpretativas?

É verdade que Freud, Ernest Jones, Otto Rank e tantos outros fizeram interpretações extraclínicas, onde não havia pacientes a associar. Da Vinci não foi paciente de Freud, nem Karamazov e nem o próprio Schreber. Da mesma forma, nem Hamlet e nem Shakespeare deitaram-se no divã de Jones, o que não o impediu de esquadriñar as relações edipianas de tão ilustres personagens. De outro lado, pode-se dizer que tais ousadias trazem verdades sobre o seu objeto, sobre Hamlet ou Da Vinci, mas funcionam como metáforas e analogias que, levadas para dentro da teoria psicanalítica, passam a tomar parte de sua construção. Veja-se que o complexo de Édipo é a metáfora analógica a um mito.⁵

3. E não creio que esse ponto-limite possa ser chamado de pré-consciente, posto que na tópica freudiana o pré-consciente forma com o consciente um mesmo sistema. O ponto-limite de que fala não é tópico, mas existencial; e não é real, mas virtual.

4. Ver S. Freud Construções em psicanálise. In *Obras Completas*.

5. No uso que Freud faz desse mito, é melhor pensar que a referência principal é menos o mito do que a peça de Sófocles. Isso porque o complexo de Édipo, como “fantasma”, tem o sentido de cena. É por isso que, em *A interpretação dos sonhos*, Freud também refere-se ao Hamlet de Shakespeare, mas somente E. Jones vai deter-se em sua interpretação.

O problema da entrevista, por sua vez, quer dizer da pergunta, não deixa de ser tocado pelo próprio Freud nos primórdios da construção da psicanálise. Em *Estudos sobre a histeria*, o autor relata que já estava abandonando seja a hipnose, seja o interrogatório como procedimentos de entrada nas representações inconscientes supostas na raiz dos sintomas. Isso porque tais artifícios, ao invés de vencerem as resistências, as estaria auxiliando. Entretanto, diz Freud, a inutilidade terapêutica do interrogatório e, até mesmo, a explicação ou interpretação precoce, não impediriam algum saber acerca das idéias inconscientes procuradas e

Ao começar uma análise em que esperamos achar tal organização do material patógeno, deveremos ter em conta que é totalmente inútil penetrarmos diretamente no nódulo da organização patógena. Ainda que chegássemos a adivinhar, não saberia o enfermo o que fazer com ela.

(Estudos sobre a histeria, p. 160).

Isso leva a que a experiência que Freud está apontando para a idéia aparentemente paradoxal de que há um saber antecipável, mas enquanto tal não se configura em saber ou, ainda, em pleno saber.

Possivelmente, é algo assim que o guia nas suas “psicanálises aplicadas”.

Pois bem, é essa idéia que assumo para a pesquisa: a de um saber não pleno, mas um saber, misto de intuição, antecipação, observação e categorias teóricas delimitadas. Dessa forma, não se trata de psicanalisar algo ou alguém, pois isso só seria factível dentro da transferência, seja qual for a definição que se dê a ela, mas de intuir significações antecipadas sobre aquilo que se fala ou se deixa de falar nesse discurso tão ambíguo que é aquele sobre a criança.

Contudo, se no tratamento quem dá devoluções

observáveis é o paciente, quem ou o quê as daria na pesquisa proposta?

Devo dizer que o próprio entrevistado fornece alguns indícios. A lacunosidade do roteiro permite fluxos de associações, acompanhadas de expressões afetivas como choros, risos, aflições. E não são somente as perguntas planejadas, mas afirmações e interrogações que, como entrevistador, fui introduzindo para marcar o discurso e que parecem provocar o entrevistado. Há, também, a cena imaginada, pedida no fim da entrevista, que, especialmente, trouxe um fluxo associativo muito forte e imagens afetivamente bastante carregadas, como representações de abandono e morte. Ainda do ponto de vista empírico, vão aparecendo recorrências de palavras, de frases e de temas em momentos diferentes da entrevista, mas que parecem se conduzir para um único núcleo. Por vezes, isso se deixa acompanhar de atos falhos muito expressivos. Para se ter uma idéia desses acontecimentos surpreendentes é preciso ler os protocolos analisados de entrevistas completas, o que não é possível colocar aqui.

No entanto, para além dos sujeitos da pesquisa, há outro destinatário privilegiado: o leitor. Suponho que a psicanálise, ao trabalhar com material cultural, tem aí o seu lugar de verdade, o sujeito indeterminado que vai ou não acolher, vai ou não identificar-se com o drama que a psicanálise pode relatar, colocando-se dentro dele. Nesse sentido, o saber psicanalítico aproxima-se ao estético, onde a verdade só pode ser intuída e o é como efeito sobre o destinatário. Saber entre científico e estético, como na *Gradiva*, analisada por Freud, em que Zoé pisa, ao mesmo tempo, no solo da realidade e no perigoso chão do delírio de Hanold.

É dessa forma que se pode, aqui, responder a questão colocada no princípio, afirmando que a psicanálise extraclínica não somente destina-se à

construção interna da própria teoria psicanalítica, mas também ao desvelamento do objeto extraclínico que escolhe interpretar, assim como ao seu público extratratamento, suporte desse objeto.

Finalmente, é preciso dizer que para a pesquisa foram entrevistados dois grupos de sujeitos: um de educadores pós-graduandos em Educação e outro de trabalhadores braçais, em um total de 20 pessoas, todas moradoras no estado de São Paulo. O primeiro grupo foi escolhido por ser o educador um dos principais responsáveis pelas ideologias em torno da criança; já o segundo grupo foi escolhido como um contexto que oferece algum plano de generalização. Foram entrevistadas pessoas de ambos os sexos, entre vinte e cinco e quarenta anos de idade.

As entrevistas foram gravadas e interpretadas no próprio momento da transcrição. Tal interpretação foi exposta através do uso das metáforas e não de termos técnicos, de forma que pudessem efetivar o sentido estético que suponho ver na psicanálise, e feitas como que dirigidas a um paciente imaginário.

Como aqui é impossível anexar algumas delas, vou, pelo menos, ilustrar – e não demonstrar – a discussão com algumas das conclusões gerais. Vejamos.

4. Algum resultado

Um ponto que me pareceu interessante não é difícil de expor – em tão curto espaço⁶ –; trata-se da singularidade extrema que a figura da criança toma no falar de cada entrevistado, como se ocupasse em cada indivíduo um lugar diferente do que ocupa no

psiquismo de outro indivíduo. Há, então, nos discursos analisados, o aparecimento de idéias coletivas acerca da criança e de representações muito individuais sem que essas duas espécies de representações formem um todo lógico e coerente ou, pelo menos, que apontem uma relação entre ambas que permita prever a ação desses indivíduos em relação à criança a partir das imagens coletivamente dadas de infância. Exemplos de trechos de entrevistas:

Osmar⁷, que é psicólogo, diz-me: *“a morte é uma coisa que me veio muito próxima com a chegada dos filhos. (...) Uma angústia malfazeja, malvinda (...) da fragilidade que não sei se é real, entende?”*

Ou seja, a idéia coletiva de fragilidade da criança ganha conteúdos singulares de angústia.

Ainda, para Carlos, pedagogo e mestrando em Educação, uma idéia geral com que define a criança – pura, criativa e imediatista – não caberia para ele mesmo enquanto criança, mas sim aos amiguinhos mais ricos, supostos como mais felizes, pois *“acho que tá muito associado a esse contexto meu, o fato de eu não ter tido pai (...) logo fui me colocando como arrimo de família, desde pequeno”*. Em um momento bastante regressivo da entrevista pergunto-lhe *“você não se sente muito criança, né?”*, ao que responde *“acho que não, crianças eram os outros que tinham uma família normal, pai e mãe”* ou *“talvez, uma imagem mais genérica de criança até destoe um pouquinho do que foi a minha infância”*.

Outra entrevistada, Sílvia, pós-graduanda em Educação, supõe a sua infância tão prazerosa e ideal que a sente preservada contra a sua própria adolescência, quando teriam começado os problemas de

6. Para uma leitura mais detalhada, tomo a liberdade de recomendar o livro *O ardil da criança*, de minha autoria, publicado pela Editora da Universidade Estadual de Maringá, em 1994.

7. Todos os nomes de entrevistados aqui são fictícios.

“pode e não pode” com seu pai. Já para Nilde, empregada doméstica que teria sido muito maltratada na infância, a criança seria ao mesmo tempo *“a coisa mais linda do mundo”* e uma coisa maligna, diz ela *“toda criança é maligna. Pequenina, né, gosta de fazer umas coisas... quando é para chorar ou é para fome ou com sono. Quando é novinho dorme e fica gritando, quando é mais velho é diferente, ele traz alegria”*.

Ao final de cada entrevista, já disse, peço ao entrevistado que me dê uma cena que se relacione ao tema da entrevista, a criança. O que vem são cenas muitíssimo singulares e reveladoras.

São cenas como Rute, também pós-graduanda em Educação, vendo-se na cozinha de sua casa, na infância, protegida por sua mãe; é Silvia imaginando o seu filhinho plenamente atendido pela mãe; é Carlos vendo-se desmaiar, quando criança, ao retirarem-lhe sangue; é Osmar contando o filme *Minha vida de cachorro*; é Nilde vendo-se praticar um ato de violência mortal, ao empurrar uma coleguinha de uma ponte e em seguida ser surrada pelos pais; é Cleo retratando a sua sentida solidão aos seis anos e é Milton, um oficial de justiça de São Paulo, lembrando o dia em que o pai o abandonou e à sua mãe, diz *“foi o dia em que voltei de viagem e meu pai não tava em casa (foi para o Egito e nunca mais foi visto). De repente, eu tava de mão dada com a minha mãe, eu vi tudo, eu não sabia falar nada, única coisa que eu sabia é que o meu pai tinha ido embora”*. Teria ficado atônito *“fiquei, tudo bem, mas a minha pureza, a minha inocência, sabe? ficou assim intacta; eu não pertencia ao mundo em que tava acontecendo, sabe? Eu era... eu tava acompanhando ali”*. É interessante que só depois de terminada a entrevista descubro que Milton é comissário de menores, sem que tivesse falado de qualquer criança de sua experiência profissional. Um trecho como esse parece bastante ilustrativo da tensão entre a singularidade e a idéia coletiva ou

modelo cultural, resultando em tensão entre o experienciado e o ideal, mas em uma forma que sugere algo semelhante a uma dissociação do eu na sua relação com o objeto criança e como o *si-mesmo* quando criança. Ao menos, aponta-se certa denegação, possivelmente de conteúdos de rejeição e mágoa, que poderiam “macular” a imagem idealizada e narcísica de seu eu infantil.

Algo semelhante se dá quando peço para os sujeitos falarem sobre crianças concretas conhecidas por eles. Todos os que têm filhos falam desses, o que é natural, mas somente desses. Milton, que não os tem, fala só de si e dos irmãos, apesar de ser oficial de justiça da vara de menores. Carlos e Cleo, que também não têm filhos falam de outras crianças, mas todas essas crianças acabam por não aparecer como crianças concretas, mas como imagens idealizadas. Quando, por exemplo, peço a Carlos para falar de alguma qualidade concreta das crianças de quem diz gostar, apenas lembra-se de que são obedientes, isto é, não se trata de uma qualidade da criança em si, mas de um aspecto desejado pelo adulto. Mas o mais interessante está na entrevista de Osmar, que é também terapeuta de crianças que, perguntado porque não havia falado de seus pacientes infantis, responde que chegou a pensar nisso, mas diz *“eu vejo mais meus filhos como crianças, os pacientes são... inconscientes com que eu tenho que trabalhar”*.

Tratam-se, então, mesmo quando as imagens coletivas estão presentes, de representações muito singulares sobre a criança, só inteligíveis dentro da dinâmica psíquica de cada sujeito.

Entretanto, tal singularidade poderia estar em direção a alguma universalidade, uma vez que carrega algo do coletivo. Mas não parece ser assim, posto que as representações singulares parecem mais se justapor àquelas gerais do que estabelecer nexos formais. É dessa forma que alguns sujeitos ao lerem

a sua entrevista aparentam mal-estar, supondo-se em contradição. Por exemplo, diz Osmar: *“Aí entra de novo aquele paradoxo, eu não acredito que os pais façam seus filhos, façam mal aos seus filhos, mas afirmo, ao mesmo tempo, que o seu olhar pode interferir em mim de tal forma que modifique a minha descoberta de mim mesmo”*.

Ou, ainda, diz Carlos *“fico batendo na mesma tecla, em toda a entrevista. Fico me cobrando muito: “tá certo que você teve esses problemas; tá certo que você vai criar condições prá sua mãe e pro seu tio. É verdade, mas será que não há um pouco de exagero nisso?”*. Trata-se da contradição sentida entre o que o leva a queixar-se tanto ao entrevistador, a demandar nele, e uma certa mirada objetiva à sua vida propriamente.

Outros sujeitos, ainda, como Cleo, que é psicóloga e pós-graduanda em Educação, vê-se em contradição *quando não consegue conciliar o seu sentimento em relação à criança e o que chamou de seu discurso acadêmico; portanto, duas representações inconciliáveis de criança*.

Essa singularidade toda, pois, unida a essa espécie de *mal-estar* intelectual foi categorizada e discutida mais detidamente; todavia, o que já se pode ver aqui é novamente uma figura da criança como pretexto – o representado não se dirige de fato à figura da criança real mas trata-se de representar o próprio eu do sujeito, principalmente nas suas angústias e aspirações infantis.

Esse eu, então, para ir tomando forma, vai se construindo através de limites, que são: a sua finitude temporal, isto é, o discurso sobre a sua própria morte através da criança, e sobre o futuro. Um exemplo interessante a respeito da criança como “criadora” da idéia de tempo é o de Sílvia, que diz *“até o P nascer, eu não trabalhava nem um pouquinho com essa idéia de futuro. Prá mim era o aqui e agora e passado e tá bom aí, né?! Agora, com o*

P, que eu começo a trabalhar um pouco mais essa questão; às vezes até curto de falar puta! nós temos muita coisa que a gente ainda vai fazer juntos!”

Também surgem como limites do eu as suas faltas, sejam infantis, sejam adultas, para as quais a figura da criança pode surgir como restauradora. Outros limites, ainda, dizem respeito ao esforço que o eu adulto faz para tentar preservar a criança de si mesmo, de se misturar a esse eu. Como uma espécie desse limite, surgem as redes associativas a identificar o eu adulto com seus filhos e outras crianças, onde a criança é feita equivalente ao eu, porém, nesses mesmos jogos de identificação, as diferenças aparecem como reconhecidas. Diz Rute sobre a filha: *“Identidade. Muita. Eu e a minha filha, pelo fato de ser mulher, pelos pontos de semelhança do meu pai com o pai dela, que é o meu marido, né, eu vejo uma fi... uma mãe que tem uma filha, assim como minha mãe me teve”*; e sobre o filho: *“Eu vejo nele um pouco da relação que eu estabeleço com o meu marido. Eu vejo nele um pouco do meu marido, ao mesmo tempo carinho, paixão e brigas. Eu vejo no B. um filho muito carinhoso, tem um carinho enorme comigo, mas não deixa de impor a sua vontade”*. Ao mesmo tempo, Rute fala em preservar a autonomia de seus filhos, de possibilitar-lhes maneiras de serem eles diferentes dela mesma.

Trata-se de um jogo do limite e do sem limite.

Outra forma, enfim, de limite do eu, surge através do reconhecimento ou não das diferenças sexuais entre o eu e a criança e entre as próprias crianças. Na maior parte das vezes essa diferença aparece afirmada e negada ao mesmo tempo.

Tal jogo dinâmico e plástico do limite e do sem limite do eu em relação à criança é muito interessante no sentido de mostrar não apenas o impulso narcísico do adulto em direção à criança, mas

também um esforço por preservar a personalidade da criança e sua alteridade. E isso aparece como esforço contínuo, em que se vê o eu expandindo-se e restringindo-se ao mesmo tempo. É muito possível que essa luta seja complementar ao esforço da própria criança por tornar-se autônoma, ao mesmo tempo em que o teme.

Esse eu, então limitado, aparece sempre em relação ao outro enquanto objeto. Tanto a infância do entrevistado, como a criança atual, mostram-se em situação de estar com o outro semelhante. A boa infância e a própria infância são quase que definidos por *relações de amor*, de convívio, de aceitação e rejeição – estar com o outro, ser contido, acolhido pelo outro, principalmente pelas figuras parentais. Mesmo em falas onde a infância parece ser definida pelo brincar, vai se vendo que se trata de brincar com o semelhante ou lamentavelmente só; e ter isso contido ou não pelo amor dos pais. Parece, então, que o ponto central dessas definições de infância não é o brincar ou, pelo menos, não só o brincar, mas é o amor, o ser amado, contido, cuidado. As cenas pedidas aos entrevistados surgem quase todas como situações dessa espécie, como imagens de estar sendo acolhido, mas com a particularidade de apontarem conteúdos muito primitivos, entre edípicos e pré-edípicos⁸. Muitas vezes, parece ser para esses conteúdos que a maioria dos elementos da entrevista aponta.

Mas não somente o entrevistado aparece acolhido enquanto era criança; a própria figura da criança atual também aponta-se como algo, tanto a ser contido, como a conter as demandas do adulto, embora muitas imagens coletivas ressaltem apenas o aspecto do adulto conter e cuidar da criança. A criança, então, pode aparecer como bom continente ou, mesmo, como falso continente, assim como pode surgir como bem contida ou invadindo o

adulto. Uma fala nesse sentido ilustrativa é a de Osmar, quando conta-me ter um dia perdido a paciência com um pequeno paciente: *“eu acho importante prá uma criança ver quando o seu pai fica louco, louco, no sentido da palavra mesmo (...). Se os filhos não provocarem insanidade nos pais e não derem condições de serem continentes prá essa insanidade, acho que aí não tem contato entre pais e filhos”*.

Algo que parece muito importante é que o adulto pode tanto buscar mais o acolhimento da criança, como pode aparecer mais demandando as solicitações, as demandas da criança, demandando pela demanda. É interessante que isso mostrou-se, nas entrevistas, um tanto dividido por sexos, onde o homem parece buscar mais o acolhimento da criança e a mulher mais a sua demanda. De Rute, tem-se: *“No comércio (entre mãe e filhos), o que eu posso propiciar prá eles eu propicio. Aí eu me sinto fazendo o papel de mãe mesmo, de filho que pede e mãe que procura dar o que o filho pede”*. De outro lado, isso não parece ser inteiramente assim, posto que o homem também aparece demandando pela demanda da criança, como aparece neste trecho da entrevista de Milton: *“eu quero ter aquele filho que, sabe, pai, me leva aqui, vamos sair, me conta isso, me fala aquilo; pai, que é droga? Que é bater punheta? Vai ser assim.”* Uma demanda por solicitação, mas também uma demanda por identificação. Mas, pelo menos em relação às entrevistas feitas – que, contudo, tomam pessoas bastante diferentes entre si, principalmente quando são trazidas aquelas correspondentes aos não acadêmicos – as demandas masculinas e femininas pela demanda da criança aparentam ser diferentes. Dessa maneira, no caso masculino surge a figura do Mestre e, no feminino, a da nutriz, a da Terra, como se vê nesses dois últimos trechos acima. É verdade que isso não deixa de relacionar-se com estereótipos da

8. A cena de Nilde, viu-se, a lançar sua coleguinha da ponte, como se estivesse ejetando de si o próprio mal, é de um primitivismo intenso, radical quando comparada às outras entrevistas. No entanto, tenho feito outras entrevistas onde é frequente aparecer nas cenas a morte violenta de crianças.

divisão social da sexualidade. Mesmo assim, esses pedidos postos na criança não deixam, também, de ser demandas pela confirmação da sexualidade e do papel sexual; isto é, da potência sexual enquanto maternidade e paternidade, enquanto sujeita à cultura e aos papéis sociais. Tem-se, enfim, o eu que capta a criança entre limitado e sem limites, posto entre a cultura e a sexualidade.

5. Pequeníssima conclusão metodológica

Devo dizer que há muito ainda a buscar. Atualmente estou reaplicando a pesquisa em um número de 100 pessoas, o que traz uma quantidade muito maior do que essa de problemas epistemológicos e que só podem ser discutidos em outro momento.

Mas, finalmente, é preciso expor que, seja durante as entrevistas aqui relatadas, seja na sua análise, nada do que ia surgindo parecia-me realmente estranho, embora fosse de uma singularidade aprisionante. Pareceu-me, então, plausível aceitar a posição humanista de que nada há que seja verdadeiramente estranho na aventura subjetiva humana, mesmo que vivamos entre a extrema singularidade e a transcendência. É isso, pois, que permite, para além do teste estatístico, propor generalidade ou, pelo menos, ressonância na nossa experiência, das interpretações aí lançadas. □

Referências Bibliográficas

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado; o mito do amor materno*. Trad. Waltencir Dutra. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CHOMBART DE LAUWE, M.-J. *L'enfance; um monde autre, de ses représentations à son mythe*. Paris: Payot, 1971.
- COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FREUD, S. Autobiografia. In *Obras Completas*, 3ª ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.
- . Cartas a Fliess. In *Obras Completas*, 3ª ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.
- . Construcciones en psicoanálisis. In *Obras Completas*, 3ª ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.
- . El delirio y los sueños en la "Gradiva" de W. Jensen. In *Obras Completas*, 3ª ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.
- . El instinto y sus destinos. In *Obras Completas*, 3ª ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.
- . El yo y el ello. In *Obras Completas*, 3ª ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.
- . Estúdios sobre la histeria. In *Obras Completas*, 3ª ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.
- . La interpretación de los sueños. In *Obras Completas*, 3ª ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.
- . Los dos principios del funcionamiento mental. In *Obras Completas*, 3ª ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.
- LAPLANCHE, J. *Novos fundamentos para a psicanálise*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- MELLO NETO, G. A. R. *O discurso especializado em literatura infanto-juvenil no Brasil na década de 50; da criança mitificada à atitude política*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1988.
- . *A simbolização da criança no discurso do adulto; entre realidades psíquica e social*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1993.
- . *O Ardil da criança*. Maringá-PR: EDUEM, 1994.
- . *O discurso especializado sobre literatura infanto-juvenil na década de 50*. São Paulo: (72) pp. 17-29, fevereiro de 1990.
- REGNAULT, F. Essas esquisitices abundantes nos textos psicanalíticos. In: MILLER, Gérard, Lacan, Trad. Luiz Forbes, Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- SNYDERS, G. *No es fácil amar a los hijos*. Barcelona: GEDISA, 1981.

Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto
Av. Alexandre Rasgulaeff, 511 D 102
97083-000 - Maringá - PR